

**POR QUE DISCUTIR UM CONCEITO DE MOVIMENTO NEGRO AGORA? OS NOVOS CONTEXTOS TEÓRICOS E POLÍTICOS NO CAMPO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL**

WHY DISCUSS A BLACK MOVEMENT CONCEPT NOW? NEW THEORETICAL AND POLITICAL CONTEXTS IN THE FIELD OF ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN BRAZIL

¿POR QUÉ DISCUTIR UN CONCEPTO DE MOVIMIENTO NEGRO? LOS NUEVOS CONTEXTOS TEÓRICOS Y POLÍTICOS EN EL ÁMBITO DE LAS RELACIONES ÉTNICO-RACIALES EN BRASIL

José Ricardo Marques dos Santos <sup>1</sup>  
Dener Santos Silveira <sup>2</sup>

**Manuscrito recebido em:** 03 de maio de 2021.

**Aprovado em:** 12 de junho de 2021.

**Publicado em:** 09 de julho de 2021.

**Resumo**

Este artigo discute as dificuldades das teorias clássicas acerca das relações étnico-raciais para construir um conceito de movimento negro, o novo contexto criado a partir da lei 10639/03, e como as teorias sobre o descentramento do sujeito criam novas possibilidades interpretativas. A partir deste enquadramento analisa-se aqui a contribuição de Nilma Lino Gomes para o debate em “O Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação”, que possibilitou um novo caminho para apreender as formas de educar e de produção de saberes descentrados produzidos pelas populações diaspóricas no Brasil.

**Palavras chave:** Relações étnico-Raciais; Educação; Sociologia das Relações Raciais; Pós-colonialismo; Lei 10639/03.

**Abstract**

This article discusses the problems of classical theories about ethnic-racial relations aspects to build a concept of black movement, the new context created by the law 10639/03, and how the theories about the decentralization of the subject create new interpretive possibilities. From this perspective, here is analyzed the contribution of Nilma Lino Gomes to the debate that appears in "The Black Movement Educator: Knowledge Built in Emancipation Fights", that enable new ways

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Professor na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Membro do Grupo de pesquisa em Etnicidades, Relações Raciais e Educação e do Legados Africanos, Relações étnico-raciais contemporâneas e Legislação educacional.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3477-4728>

Contato: jose.santos@uesb.edu.br

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Professor na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Membro do Grupo de pesquisa em Etnicidades, Relações Raciais e Educação e Transnacionalismo Negro e Diáspora Africana.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3485-6715>

Contato: silveira.dener@uesb.edu.br

for to understand the forms of educating and producing decentrated knowledge created by diasporic populations in Brazil.

**Keywords:** Ethnic-racial relations; Education; Sociology of racial relations; Post-colonialism; Law 10639/03.

### Resumen

Este artículo analiza las dificultades de las teorías clásicas acerca de las relaciones étnico-raciales para construir un concepto de movimiento negro, el nuevo contexto creado por la ley 10639/03 y cómo las teorías sobre el descentramiento del sujeto crean nuevas posibilidades interpretativas. Desde esta perspectiva, aquí se analiza la contribución de Nilma Lino Gomes al debate en “O Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação”, puesto que posibilita un nuevo camino de comprender las formas de educar y producir conocimientos descentralizados producidos por poblaciones diaspóricas en Brasil.

**Palabras clave:** Relaciones Étnico-Raciales; Educación; Sociología de las Relaciones Raciales; Poscolonialismo; Ley 10639/03.

### Introdução

Para analisar o contexto teórico em que Nilma Lino Gomes publica o livro *O movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação* (GOMES, 2017) e nos traz uma nova perspectiva para pensar a experiência dos/das descendentes de africanos e africanas no Brasil, a partir de um novo olhar para o conceito de Movimento Negro, nos inspiramos no texto de Stuart Hall *The after-life of Franz Fanon: Why Fanon: Why Now? Why Black Skin, White Masks?* (HALL, 1996). A intensão aqui é apresentar as dificuldades das teorias sobre as relações étnico-raciais clássicas no Brasil e o novo contexto que se inicia com a promulgação da lei 10639/03 para assim compreender como o referido texto de Nilma Lino Gomes pode ser pensado. Isto explica o nome do artigo.

A ideia surgiu por considerar que a autora possui uma visão nova que destoa da forma como tradicionalmente os movimentos sociais são analisados<sup>3</sup>. A forma como o

---

<sup>3</sup> Maria da Glória Gohn (1997) em seu texto mais conhecido não cita uma perspectiva que tenha o movimento negro como seu objeto específico. Quando escreveu sobre a relação entre movimentos sociais e educação a autora não aborda as pautas do movimento negro (GOHN, 1992). O movimento negro não é também objeto de análise dos textos que falam sobre o período da abertura democrática, como nos textos de Sader (2007) ou Caldeira (1984). Recentemente Schwarcz & Starling (2017) citam o movimento negro entre os movimentos de resistência à ditadura de 1964-1985 e que se reorganizam no período da reabertura democrática (1979). Em outro livro, onde faz uma análise mais antropológica, Schwarcz (2019) cita os principais movimentos

texto foi recebido já pode ser percebida em debates e na sua inclusão em bibliografias de diversos cursos de pós-graduação. Possivelmente veremos seu impacto metodológico no futuro, em pesquisas que agora se encontram em curso – não obstante, neste excerto serão apresentadas algumas possibilidades metodológicas pensadas a partir deste livro. Este artigo tem como objetivo discutir as dificuldades que as teorias possuem para construir um conceito de movimento negro. Pressupõe-se que isso se deve a apreensão da experiência dos descendentes de africanas e africanos no Brasil de forma fragmentada. Outrossim, o trabalho de Nilma Lino Gomes (2017), consegue superar este problema a partir da forma que conceitua a emancipação.

Portanto, se faz necessário começar nossa análise inquerindo como a experiência das populações negras aparece nas teorias, a forma como historicamente foi enquadrada em função de um conceito de modernidade, assim como as demandas políticas deixam de ser objeto em favor de determinadas características do cânone sociológico. Mormente, esta sociologia específica possui dificuldades para conceituar sobre as demandas políticas das populações descendentes de africanos e africanas no Brasil que permanecem reverberando no atual contexto. Parte destas dificuldades aparecem nas novas produções surgindo por meio de teses e dissertações que retomam as formas como estes movimentos atuaram em diferentes contextos sociais. Esta reverberação se dá em termos metodológicos, principalmente. Devido a influência de autores como Florestan Fernandes e Gilberto Freyre.

### **A Centralidade de Florestan Fernandes no campo de estudos das relações étnico-raciais**

Outrossim, parte-se aqui da centralidade de Florestan Fernandes nesta discussão, principalmente, entre as décadas de 1940-1970. O autor foi central no desenvolvimento de uma forma pensar a cultura, a sociedade e as relações étnico-raciais que influencia pesquisas até os dias atuais, mesmo que suas teses sobre estes temas tenham

---

negros do século XX. No entanto, Nilma Lino Gomes reposiciona o Movimento Negro por meio da referência a Boaventura de Souza Santos.

contestações. É preciso compreender quais são os problemas que as ciências humanas apresentaram para compreender as demandas políticas que os movimento negros reivindicam ao longo do século XX.

Faz-se necessário também pensar as mudanças recentes em termos de leis e relacionar este novo contexto com problemas teóricos que permanecem merecendo um novo tratamento, assim como considerar novas possibilidades de análise abertas neste momento. Principalmente porque o texto de Nilma Lino Gomes abre canais de comunicação entre diversas tradições de pensamento e estudo no (sobre o) Brasil acerca das relações étnico-raciais. Há a possibilidade de diálogo com as novas perspectivas dos estudos culturais, pós-coloniais<sup>4</sup>, decoloniais e pós-estruturalistas. Um exemplo é a forma como Tomaz Tadeu da Silva possui um diálogo os estudos culturais (SILVA, 1997), ao mesmo tempo, nos últimos anos a autora Bell Hooks (2017; 2019a; 2019b) tem oferecido uma leitura interessante sobre Paulo Freire a partir da crítica cultural inspirada em parte por uma visão pós-colonial. Este texto é uma primeira aproximação entre debates e áreas de conhecimento que começam a se aproximar<sup>5</sup>.

Em primeiro lugar é preciso compreender como a luta por emancipação das populações negras no Brasil é estudada de forma fragmentada. Os seus contextos de produção de saberes (corpóreos ou não) (GOMES, 2017), suas culturas inventadas não são vistas como vernáculas e como a base moral de suas lutas por emancipação e direitos (GILROY, 2010). O conjunto de suas lutas não são vistos como construções coletivas, nem como a produção de selfs descentrados (TAYLOR, 1994; 2000). Consequentemente, as formas culturais dos/das descendentes de africanos e africanas no Brasil são apreendidas de forma isolada, as vezes são apreendidas a partir de relações das mesmas com a identidade nacional, nunca vistas como um conjunto de culturas políticas. Por conseguinte, pressupõem a disjunção entre cultura e política. O pensamento pós-colonial e decolonial<sup>6</sup> herda da visão pós-estruturalista a centralidade da discussão sobre o/a

---

<sup>4</sup> Para uma análise sobre a perspectiva pós-colonial e dos estudos culturais ver Hall (2011).

<sup>5</sup> Creio que com o passar do tempo, e o crescimento do diálogo, o descentramento dos/das sujeitos se torne um tema da sociologia da educação.

<sup>6</sup> Para uma visão sobre a perspectiva decolonial ver Ballestrin (2013).

sujeito/descentramento do sujeito. Uma posição comum a estas correntes de pensamento é a compreensão que sujeitos do conhecimento surgem por meio de discursos que fazem parte das práticas sociais (FOUCAULT, 2002).

Se a partir de 2003 com a promulgação da lei 10639/03 surgem outras como a 11645/2008, regulamentações, documentos, diretrizes curriculares, órgãos específicos, é possível inquirir se podemos ler este processo por uma ótica diferente da utilizada principalmente pela sociologia das relações raciais, e se o texto de Nilma Lino Gomes (2017) permite pensar de uma forma diferente este novo contexto (FOUCAULT, 2002). Considera-se aqui como hipótese que sim, sendo esta a principal força do texto.

Voltando ao ponto anterior, a luta por emancipação, por diversos matizes interpretativos a mesma é compreendida como um aspecto da modernização (HALL, 1980). As vezes a luta é vista como uma forma particular de processos mais amplos. Sendo estes aspectos diferenciais o centro das análises em si. Em alguns estudos esta diferença é identificada como a forma de fazer a luta social através da cultura (como resistência), em outros o elemento valorado são as organizações sociais criadas pelas populações negras (SANTOS, 2018). Estes estudos não possuem um conceito de movimento negro por trabalharem com uma ideia de sujeito centrado (HALL, 2011)<sup>7</sup>.

Nos dois casos há a pressuposição de uma passagem: da condição étnico-racial para sujeito (cidadão)<sup>8</sup>. As análises centram-se na denúncia do racismo, pressupondo-as como parte do processo de integração política e social. Mesmo na historiografia e a sociologia histórica que privilegiaram os estudos das ações de resistência no período colonial e também no período monárquico<sup>9</sup> é possível perceber a influência destes pressupostos<sup>10</sup>.

---

<sup>7</sup> Ou seja: um sujeito unificado, indiviso. Onde a sua identidade interior não possui divisões ou contradições, conforme demonstra Hall (2011).

<sup>8</sup> O primeiro capítulo de “Branco e negro em São Paulo” de Roger Bastide e Florestan Fernandes (2008) se chama “Do Escravo ao Cidadão”. Anos mais tarde Octavio Ianni (1962) volta ao mesmo tema em “As metamorfoses do Escravo”, antes do tema ser o centro da obra “A integração do Negro na Sociedade de Classes” de Florestan Fernandes (1965a; 1965b).

<sup>9</sup> Ver Viotti Da Costa (2010a; 2010b; 2010c). A autora inclusive cita diretamente como sendo influenciada por Florestan Fernandes.

<sup>10</sup> Reid (1999) e Hanchard (1994) são dois autores que retomam a problemática levantada por Florestan Fernandes, contudo, diferenciando-se do mesmo.

Stuart Hall (1980) em *“Race, articulation and societies structured in dominance”*, considerado um dos textos fundadores dos estudos culturais, considerava haver apenas duas tendências principais na literatura sobre raça e etnicidade. Na primeira, as divisões raciais e étnicas, são vistas como relacionadas a estrutura econômica. A segunda tendência se diferiria por considerar raça e etnicidade como sociais ou como aspectos culturais em formações sociais (HALL, 1980). Provavelmente o autor não considerava em sua análise a literatura brasileira sobre o tema, como poderá ser visto abaixo. Embora possa ser possível encontrar na literatura nacional exemplos destas duas tendências, ambas compartilham a mesma perspectiva histórica da formação nacional.

A literatura inspirada na perspectiva clássica das relações raciais trabalha com a ideia de que a passagem da condição étnico-racial para a de sujeito/cidadão/ã coincide com a passagem do tradicional ao moderno. Justamente por isso, estas perspectivas consideram a república como o momento de ruptura. O Estado, suas instituições (inclusive a escola), formas de políticas (inclusive as educacionais) são pressupostas como culturalmente neutras. Ou seja, não são vistas como criações de uma determinada perspectiva cultural, que se apresenta como universal sem reconhecer outras culturas como autênticas e específicas (GUTMANN, 1994). Voltaremos a este ponto mais à frente. Não obstante, Gilberto Freyre e Florestan Fernandes, centrais para compreender porque o debate nacional possui estas características, não podem ser enquadrados perfeitamente nestas classificações criadas por Stuart Hall (1980). Muito embora muitos/muitas dos/das seguidores/seguidoras destes autores brasileiros caibam dentro destas classificações.

Concomitante aos autores citados acima, surge, principalmente na década de 1930 autores/autoras de outros países, que são considerados/consideradas como parte da sociologia das relações raciais no Brasil, por sua vez demonstraram maior interesse pelos últimos anos do Segundo Reinado, em especial na década de 1880 e nos anos imediatamente após a abolição<sup>11</sup> (SANTOS, 2018). A transição da monarquia para a república aparece bem nestes estudos, sobretudo utilizando a data da abolição como um

---

<sup>11</sup> Os autores que melhor sintetizam esta visão são Robert Slenes (2011) e Chalhoub (2011; 2012), para ver uma síntese de teses e dissertações sobre esta discussão ver Santos (2018).

dos símbolos desta transformação. Contudo, as diferenças entre república velha e ditadura Vargas, e posteriormente entre este e o período democrático (1945-1964) são borradas<sup>12</sup>.

Este fato parece passar despercebido pela literatura que buscam inspiração na obra de Florestan Fernandes e Gilberto Freyre. No entanto, a ideia de modernidade que subjaz a estes textos acima citados, mantendo a experiência da escravidão como pré-moderna, seja uma consequência teórica da obra de Florestan Fernandes sobre o período. Como aponta Paul Gilroy (2001), é preciso romper com essa narrativa da modernidade que subsiste as teorias modernistas ou sobre a modernidade. Pois esta torna inacessível à política moderna as culturas vernáculas dos/das descendentes de africanas e africanos por expulsarem-nas para o pré-moderno (GILROY, 2001; 2007).

Alguns textos recentemente conseguem construir seus argumentos fora desta oposição entre o moderno e o pré-moderno. Como a dissertação e tese de Tatiane Cosentino Rodrigues (2005; 2011)<sup>13</sup>, do livro de Jerry Dávila (2006) “Diploma de Brancura: Política social e racial no Brasil: 1917-1945”, assim como o Livro de Mario Augusto Medeiros (2013) com “A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)”. Estes autores e autora são exemplos de reflexões acerca de temas que são ignorados na sociologia das relações raciais, trazendo novos ponto de vistas para problemas que já vinham sendo apontados em relação a estes aurores<sup>14</sup>.

Pensando com Rodrigues (2011) é preciso pensar como as teorias e conceitos orientam as políticas educacionais, para pensar omissões ou pontos fracos nas teorias como a que foi apontado acima. Assim será possível compreender como o texto de Nilma Lino Gomes avança e constrói saídas para problemas teóricos dentro deste campo de discussão.

---

<sup>12</sup> Para qualquer viés de discussão sobre cidadania e emancipação estas diferenças são importantes.

<sup>13</sup> Rodrigues, C, T. Movimento negro no cenário brasileiro: embates e contribuições à política educacional nas Décadas de 1980-1990. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. UFSCar, São Carlos. 2005.

<sup>14</sup> A contribuição do pensamento de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva precisa ser melhor estudada, para termos em tela toda a influência que a autora possui sobre pesquisadoras e pesquisadores contemporâneos no campo das relações étnico-raciais. Esta influência vai muito além do texto do parecer aprovado no Conselho Nacional de Educação para a lei 10638/03.

Mormente, há uma tradição, chamada de “brasilianista”<sup>15</sup>, que se consolida na década de 1930, estes/estas pesquisadores, em sua grande maioria estrangeiros (franceses e norte-americanos), privilegiam os aspectos culturais e as diferenças com as suas sociedades. Nesta década destaca-se os estadunidenses, muitos/muitas influenciados/influenciadas pelo impacto da obra de Gilberto Freyre, e pela difusão da ideia de uma democracia racial no Brasil<sup>16</sup>. Neste momento destaca-se Melville Herskovits e Donald Pierson, o primeiro por ser parte da tradição culturalista da antropologia, sendo Franz Boas seu principal nome. O segundo caracterizou-se por ser um representante da escola de Chicago no Brasil<sup>17</sup>.

Não obstante, em um contexto imediatamente anterior Du Bois (1986)<sup>18</sup> já havia escrito “As Almas da gente Negra”, em 1903. Este autor não possui um impacto direto na bibliografia nacional nas décadas de 1930-1940, sabe-se que era conhecido por diversos autores norte-americanos que escreveram sobre o Brasil. Sabe-se hoje que os autores que deram origem a “escola de Chicago” da sociologia o conheciam (MORRIS, 2015). Segundo Paul Gilroy (2001) este autor se tornou uma das principais influências sobre o pensamento pós-colonial.

Data também deste mesmo período o texto de Claude Lévi-Strauss “Raça e história” (LÉVI-STRAUSS, 1976)<sup>19</sup> que apresenta uma visão crítica sobre o conceito de raça, mas, sobretudo ao conceito de história – inclusive com críticas a visão culturalista<sup>20</sup>. Uma nova perspectiva sobre as culturas e povos ameríndios com o surgimento do estruturalismo

---

<sup>15</sup> Por brasilianistas entende-se autores e autoras de outros países que estudam e escrevem sobre o Brasil – não possuem mais que isso em comum. O conceito não tem muita precisão, mas remete a produção acadêmica principalmente entre as décadas de 1930 e 1960. Alguns vieram para o país para a fundação da USP, entre eles Roger Bastide e Claude Lévi-Strauss, outros se estabeleceram no país de forma permanente, outros ainda tem pesquisas consolidadas até os dias atuais.

<sup>16</sup> Antonio Sérgio Guimarães possui uma das melhores explicações sobre este momento e suas consequências para a sociologia brasileira (GUIMARÃES, 2009). Janaina D. Gomes (2013) traz uma visão sobre outro importante autor para a sociologia das relações raciais: Donald Pierson.

<sup>17</sup> Para ver uma crítica sobre esta corrente da sociologia ver Hirata (2010).

<sup>18</sup> Para uma análise mais detalhada deste autor ver Paul Gilroy (2001) e Aldon Morris (2015).

<sup>19</sup> O texto fora escrito sob encomenda da ONU, como uma iniciativa para superar a perspectiva racista de história comum a várias correntes evolucionistas, dentre elas a do nazismo e fascismo. Neste texto Lévi-Strauss desconstrói o conceito de raça em favor de um novo conceito de cultura.

<sup>20</sup> Para mais informações ver Antropologia Estrutural I (LÉVI-STRAUSS, 2008). Chama a atenção que a obra de Gilberto Freyre, tido como um representante do pensamento de Franz Boas, não seja criticada a partir da perspectiva de Lévi-Strauss no livro citado.

deste autor<sup>21</sup>. Um pouco depois, em 1952, foi publicado “Peles Negras Máscaras Brancas” de Franz Fanon (2020). Livro que impacta o debate internacional sobre o tema. Ainda se faz necessário uma análise que consiga colocar todas estas referências em diálogo. Como veremos mais a frente Rodrigues (2005) e Dávila (2006) demonstram como o surgimento do Ministério da Educação e Saúde Pública se fez sob uma ideia definida de raça – uma vez que a sua fundação se dá dentro deste contexto. O que torna mais necessário que no futuro surja crítica com este folego. Por não fugir do escopo deste trabalho concentraremos nossa crítica na perspectiva aberta por Florestan Fernandes.

Outrossim, muitos/muitas autores/autoras consideram como os principais autores que estudaram este período Gilberto Freyre, Roger Bastide e Florestan Fernandes. Os dois últimos, também se destacam pela oposição as ideias centrais da obra de Gilberto Freyre<sup>22</sup>.

A influência metodológica sobre as próximas gerações de sociólogos/sociólogas<sup>23</sup>, antropólogos/antropólogas<sup>24</sup> no Brasil, no caso de Florestan Fernandes, é bem mais perceptível. Não obstante, Gilberto Freyre construa uma tradição interpretativa até os dias atuais.

O primeiro livro escrito por Roger Bastide e Florestan Fernandes sobre o período é resultado de um projeto de pesquisa financiado pela UNESCO, cuja intensão principal era averiguar se era possível confirmar de forma empírica uma suposta convivência harmônica

---

<sup>21</sup> Este autor ao longo de sua carreira publicou muitos textos sobre mitos. A série “Mitológicas” possui 4 livros: O Cru e o Cozido, Do Mel as Cinzas, Origens dos Modos a Mesa e O Homem Nu (LÉVI-STRAUSS, 2004a; 2004b; 2006; 2011). Nela o autor desenvolve a possibilidade de compreensão dos mitos de um povo a partir dos pertencentes a outros povos também ameríndios. O autor lançou também concomitantes a estes mais 5 livros chamados de “pequena Mitológica”, que amplifica a visão de Lévi-Strauss. Este material é raramente citado como fonte de informação sobre estes povos no Brasil.

<sup>22</sup> Segundo Flor (2015) a visão de Gilberto Freyre possuía todos os elementos de uma visão colonial sobre a nacionalidade. Nesta dissertação é possível encontrar uma análise sobre diversos brasilianistas que buscavam compreender a sociedade brasileira a partir sua herança cultural africana. Sobretudo, Melville Herskovits. Este autor foi orientando de Franz Boas, e por conseguinte, uma das grandes referências da escola culturalista da antropologia. Corrente com a qual Gilberto Freyre é muitas vezes relacionados.

<sup>23</sup> A tese “Os Segredos de Virginia” de Janaina D. Gomes (2013) aborda os desenvolvimentos teóricos inéditos realizados por Virgínia Bicudo na interpretação psicanalítica do racismo na mesma década de 1940. Virgínia Bicudo fora aluna da primeira turma de ciências sociais da USP. Embora sua contribuição seja original esta autora permanece sem o devido destaque.

<sup>24</sup> Os Livros de Sérgio Micelli (1989; 1995) trazem um histórico das ciências sociais no Brasil, lá é possível encontrar entrevistas com diversos/diversas autores/autoras sobre a influência sobre eles/elas de Florestan Fernandes.

entre as diferentes raças no Brasil<sup>25</sup>, essa impressão surge em parte em função do impacto da obra de Gilberto Freyre no exterior<sup>26</sup>. “Branços e Negros em São Paulo” (BASTIDE; FERNANDES, 2008)<sup>27</sup> abre a discussão que termina no livro em dois volumes “A Integração do Negro na sociedade de Classes” (FERNANDES, 1965a; 1965b). Posteriormente as teses seriam revisitadas em “O negro no Mundo dos Brancos”<sup>28</sup>. O conceito de integração se torna central para pensar as práticas sociais, culturais das populações negras<sup>29</sup>.

A influência de Florestan Fernandes sobre a institucionalização das ciências sociais no Brasil é bem conhecida. Por este motivo para discorrer sobre como o autor se torna central para a sociologia das relações raciais é necessário considerar três níveis de influência: a) em relação a definição dos objetos das ciências sociais e seus métodos de pesquisa, b) em relação a definição do campo das ciências sociais, c) sobre o tema em si (SANTOS, 2018).

Florestan Fernandes, em sua sociologia, procurou se contrapor ao discurso do século XIX que construía o negro como um problema embasado principalmente no racismo científico da época<sup>30</sup>, em parte em função da própria sociedade racista. Para se contrapor a visão de mundo que construía o/a negro/negra como incapaz Florestan Fernandes procurou demonstrar como o problema era social (portanto, sociológico) e não biológico. À visão da incapacidade para o trabalho das populações negras Florestan Fernandes procura demonstrar como este problema dizia respeito as necessidades históricas produzidas pelo processo social da modernização. Mormente, a questão estava na falta de socialização e de educação para viver o presente.

---

<sup>25</sup> Esta visão ficou conhecida na bibliografia sobre relações étnico raciais como o “mito das três raças”. Para ver uma crítica deste mito ver o livro de Roberto DaMatta (1987).

<sup>26</sup> Para ver uma crítica a este projeto ver Maio (1997).

<sup>27</sup> A pesquisa em si ocorreu na década de 1940, no livro não foi publicada a análise de Ana Ginsberg, entre outros textos. Para ver uma análise da história desta pesquisa ver Guimarães (2002; 2009).

<sup>28</sup> O livro “O significado do protesto Negro” se relaciona com o tema central de Florestan Fernandes de forma diferente, reflete já uma outra fase da carreira do autor.

<sup>29</sup> Embora não seja sobre o tema são importantes para compreender o pensamento do autor “A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios” (FERNANDES, 2009) e “Mudanças sociais no Brasil” (FERNANDES, 2008).

<sup>30</sup> Para ver mais sobre o racismo científico Schwarcz (1993), para ver a influência sobre a geração de autores de 1870 ver Correa (1998).

Outra ideia central ao discurso racista<sup>31</sup> do século XIX era a de déficit de mão de obra. Novamente, o autor procurou demonstrar como a imagem do déficit originava-se na incompreensão sobre o fenômeno da migração. Um fenômeno nacional entre as populações descendentes de africanos e africanas em busca de melhores condições de vida (FERNANDES, 1965a; 1965b). Por conseguinte, o conceito de raça não tem qualquer agência. Uma vez que não possui nenhuma capacidade de determinação biológica, cultural ou social. Apenas um estudo que fosse capaz de conciliar uma variedade de dados diferentes, desde dados estatísticos até empíricos, conseguiria explicar o problema da população negra, segundo o autor (FERNANDES, 1965a). Os dados demográficos mostravam o problema da população e sua variação ao longo do tempo permitindo qualificar o problema como histórico e social.

Se considerarmos apenas os dois volumes de “Integração do Negro na Sociedade de classes” (FERNANDES, 1965a; 1965b) é possível perceber uma grande influência da sociologia alemã da década de 1930<sup>32</sup>. Florestan Fernandes cita diversos autores inspirados por Simmel na escola de Chicago, mas sua principal referência parece ser Karl Mannheim (1974, 1976). Em função destas referências é possível depreender que o autor considera a sociedade como um conjunto de relações, sendo que os indivíduos construiriam sua personalidade através destas, subjetivando e objetivando<sup>33</sup> - portanto, criando cultura (segundo estes autores) (WAIZBORT, 2013). Os indivíduos interpretariam a realidade ao mesmo tempo que produziriam sentido. Cremos ser essa a razão pela qual o autor dá ênfase a ideia de experiência.

---

<sup>31</sup> Para ver uma discussão mais aprofundada sobre este conceito ver Paul Gilroy (2007).

<sup>32</sup> Florestan Fernandes era conhecido por priorizar a construção de uma perspectiva própria, pensando seus textos partindo de autores/autoras da antropologia e sociologia, mas criando suas próprias teses. Embora Maria Arminda do Nascimento Arruda (1995), como outros/outras pesquisadores/pesquisadoras tenham chamado essa característica do autor de “ecletismo intelectual” no volume 1 do livro “A integração do Negro na Sociedade de Classes” (FERNANDES, 1965a), ora analisado, é possível perceber uma influência de autores como Max Weber, George Simmel, Karl Mannheim e mesmo Gregory Batenson. No volume 2 (FERNANDES, 1965b) a presença de Marx e Engels já pode ser percebida. Recentemente Randall Collins (2009) advogou por ler todos estes autores citados como influências no primeiro volume de “A integração do Negro na Sociedade de Classes” (FERNANDES, 1965a) (exceto Batenson) poderiam ser vistos como parte de uma mesma tradição da sociologia, o autor a chama de “Tradição do Conflito”. Abrindo uma possibilidade nova de compreender o texto.

<sup>33</sup> Segundo Leopoldo Waizbort esta seria a forma como Simmel concebe a invenção da cultura (WAIZBORT, 2013).

Portanto, de uma forma muito parecida com Simmel, o autor considera a experiência moderna das cidades como disruptivas. Produtora de novas relações sociais que permitiriam uma dissolução das concepções antigas de personalidade e construção de novas formas de subjetividade. Neste sentido, qualquer forma de etnicidade, ou personalidade tradicional. Seriam desarticuladas/suplantadas e dariam a forma de sociabilidade tidas como tipicamente modernas. A diferença de experiência proporcionada pela modernidade, cujo maior símbolo é a cidade, dissolveria qualquer ideia de indivíduo pré-moderno (WAIZBORT, 2013). Para Waizbort (2013) Simmel considera a modernidade como um processo de distanciamento de laços. Portanto, do ponto de vista de Florestan Fernandes (1965a; 1965b), este processo no Brasil propiciaria a libertação de qualquer laço tradicional, assim como qualquer dimensão ético-racial. O autor utiliza o conceito de estilo de vida para demarcar esta visão (FERNANDES, 1965)<sup>34</sup>.

Segundo Florestan Fernandes a integração do negro na sociedade de classes ocorreria progressivamente na medida que o “meio negro” operasse uma nova ideologia (no sentido que Karl Mannheim pensa este conceito<sup>35</sup>) e dissolvesse visões de mundo racistas e não condizentes com a sociedade competitiva. O autor trabalha com uma perspectiva que considera como central o caráter significativo da ação social, no sentido Max Weber pensa esse conceito. Parte do mesmo pressuposto que Mannheim (1976): o social não é experimentado pelos indivíduos da mesma forma. A superação da diferença só se seria possível se as ações sociais tivessem a capacidade de gerar novos pontos de vista, valores, significados, ideologias e utopias com a finalidade de superar um tipo de estrutura social, e assim produzir a integração (WIRTH, 1976).

Por conseguinte, o processo de modernização da sociedade brasileira andaria pari passu com as demandas por integração social e cultural das populações negras. O sujeito sociológico construído por uma das mais importantes vertentes da sociologia brasileira acaba por enquadrar as formas culturais, tradições culturais como pré-modernas, e as subjetividades culturais construídas através e pelas populações descendentes de africanas

---

<sup>34</sup> O conceito de estilo de vida em Florestan Fernandes (1965a) aparece nas páginas 101 e 126 também com o significado aproximado ao de Simmel (WAIZBORT, 2013).

<sup>35</sup> Ver Ideologia e Utopia (MANHEIM, 1976) e Sociologia da Cultura (MANNHEIM, 1974).

e africanos no Brasil como outros/outras do processo de modernização e surgimento do sujeito moderno<sup>36</sup>.

Esta divisão entre modernidade e pré-modernidade que aparece em Florestan Fernandes (1965a; 1965b) será reproduzida por outras perspectivas construídas a partir de sua visão. Pensando como Stuart Hall (1980), Florestan Fernandes promove uma outra separação: entre o conceito de raça e a totalidade da formação social brasileira. Uma vez que o mesmo a vê como um aspecto social da estrutura, sendo assim, não percebe como a estrutura racial do país não seria apenas um aspecto cultural, ou uma diferença étnica absoluta, a mesma só existe em função da imbricação com a cultura, o social e as formas econômicas da formação social (HALL, 1980).

Ao longo de sua carreira o autor mudará muito suas influencias metodológicas, deixando para traz estas que se aponta acima. Ainda que em “A persistência do passado”<sup>37</sup>, texto em que Florestan Fernandes (2007) faz uma reavaliação de suas teses sobre a integração do negro na sociedade de classes, o autor voltou a apontar as tradições culturais mantidas no “meio negro” como não modernas, desta forma reafirmando a sua divisão entre tradição e modernidade. Se por outro um lado o autor consegue produzir uma ciência humana sem determinismos biológicos, sobretudo em seu conceito de raça. De outro, contudo, os desenvolvimentos contemporâneos das ciências humanas implicam a rediscussão da ideia de sujeito e de modernidade, como aponta Stuart Hall (2011). Justamente por isso, autoras e autores, procuram por um novo conceito de movimento negro que supere estes problemas teóricos. É possível ver isso nos esforços de Antonio Sérgio Guimarães (2002; 2009), assim como nas recentes obras de Silvio Almeida (2019) e Nilma Lino Gomes (2017). O surgimento do campo do descentramento do/da sujeito trouxe-se novos problemas de pesquisa.

---

<sup>36</sup> A construção do sujeito moderno em Gilberto Freyre tem semelhanças, contudo, a categoria “negro” se dissolve no sujeito geral construído pelo autor. Por isso a categoria “negro”, assim como a cultura afro-brasileira, é construída no passado pelo autor.

<sup>37</sup> In: O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Global Editora, 2007.

Por conseguinte, as lutas emancipatórias vistas antes como pré-modernas, sem serem vistas em relação de continuidade com as consideradas modernas, tem relação com uma concepção de sujeito. É possível depreender que o problema mudou (DELEUZE, 2008; DELEUZE; GUATARRI, 2009). Por este motivo busca-se as relações entre fenômenos vistos antes de forma isolada. Por este motivo que, passa-se da visão das culturas vistas antes como resistência para uma perspectiva que as considera como formas de produzir culturas de liberdade (GILROY, 2010). As lutas por emancipação do “passado tradicional” (para a perspectiva sociológica ocidental) não propiciaram uma via conjunta com as lutas do presente uma base moral para a produção de uma luta coletiva (GILROY, 2010).

Mormente, Nilma Lino Gomes (2017) em seu texto, afirma ser necessário fazer uma “sociologia das ausências”, justamente para buscar compreender como a produção teórica pode ter deixado pontas soltas, ou reproduzido determinados entendimentos epistemológicos, como o que foi descrito acima. A primeira *ausência*, no sentido que podemos pensar a partir de Nilma Lino Gomes (2017) é justamente esta: entre lutas por emancipação do passado e do presente.

A partir do que foi exposto acima é possível pensar que a autora, ao procurar por um conceito mais “alargado” de movimento negro acaba construir uma perspectiva de saída para esta dificuldade metodológica que precisava ser superada. A segunda ausência, também apontada acima, que precisa ser superada é justamente a existente entre cultura e política. Mormente, é preciso discutir como também as culturas são vistas como descontínuas, para começar a pensar como seria possível ver uma alternativa por meio das concepções teóricas trazidas por Nilma Lino Gomes (2017).

A tradição clássica da sociologia, ou mesmo as suas variantes específicas como a sociologia da cultura ou dos movimentos sociais, pensaram as tradições culturais de forma isolada (GILROY, 2004), estas não observam nem como construções simbólicas são racializadas ao longo do tempo, forçando novas invenções culturais (FANON, 2020).

A capacidade que as populações descendentes de africanas e africanos possuem de inventar e ensinar as suas culturas não foram objeto (GILROY, 2004), de investigação, ou melhor dizendo, quando o foram estiveram marcadas por marco teórico-normativo

responsável não só fragmentar a luta por liberdade dos africanos e seus descendentes, como também seções específicas desse longo processo.

As formas culturais das populações descendentes de africanos e africanas não são vistas em conjunto. São apreendidas como isoladas porque se supõe que não tenham nenhuma relação histórica além de surgirem a partir de populações que se originam de ex-escravizados/escravizadas. Justificam suas pesquisas a partir da ideia de que cada cultura (dentro de um mesmo país) é diferente da outra em função do conjunto de símbolos, signos, significados que possuem.

Portanto, como culturas são construídas de forma opositiva a tentativas de totalizar as experiências destas pessoas no mundo – como nas narrativas históricas que nem mesmo consideram a existência destas formas culturais – não são vistas neste tipo de pesquisa<sup>38</sup>. As formas culturais são o terreno sobre o qual a subjetividade se constrói, são a base para que agentes construam sua subjetividade, tornando-a *verdadeira para si mesma* (FOULCAULT, 2016). São a territorialização<sup>39</sup> da experiência de si mesmo (FOULCAULT, 2016). Para diversos autores e autoras esta construção oposicionista remete a possibilidade de haver *transmissão pedagógica da subjetividade* (FOULCAULT, 2016).

A apreensão fragmentada da experiência dos/das descendentes de africanas e africanos no Brasil feita pelas teorias sociológicas, sobretudo, esvaziam a historicidade das formas culturais inventadas e opositivas (GILROY, 1993; HOOKS, 2019a; 2019b). Não captam a influência que possuem sobre as formas de viver e construir política culturais no presente (GILROY, 2004).

Dentro do problema da modernidade, ou melhor: *frente a modernidade, o/a negro/a* é construído/a como falta. Por isso autoras e autores que trabalham com esta perspectiva partem de uma generalização psicológica (DELEUZE, 2008). Suas psiques e subjetividades são vistas como incompletas ou quebradas, são vistas por meio das expectativas que deveriam atender para se adaptar a uma nova condição ou período histórico. O “não-ser”

---

<sup>38</sup> Por totalização entende-se aqui a incorporação de uma população, grupo, gênero, identidade ou etnicidade em uma narrativa histórica e/ou narrativa cultural sem fazer menção as origens destes segmentos. Esse processo foi descrito por E. Said (2007). São consideradas como opositivas a estas exclusões da narração da cultura e da narrativa histórica. É por este motivo que estas formas culturais são vistas como “sem história”.

<sup>39</sup> Por territorialização compreendo o mesmo que Deleuze & Guattari (1977; 2009a; 2008a; 2008b).

é a negação do “ser geral” construído pela modernidade. Seguindo o pensamento de Deleuze (2008), isto representa confundir duas realidades diferentes, no caso, como se houvesse uma. Neste sentido, discursivamente por esta construção o “não ser” preexiste ao “ser” como a “desordem” preexistiria a “ordem” (DELEUZE, 2008). Por este motivo podemos compreender que ao apreender uma determinada cultura como resistência estamos apresentando a mesma como uma negação, que por sua vez não acrescenta nada ao que nega (a modernidade), parafraseando Deleuze (2008).

Du Bois (1986) é considerado como sendo o primeiro a colocar este problema. O autor apontou para os limites da cidadania, e, por conseguinte, da emancipação. Estas são as condições para que a populações negras vejam o seu próprio self por meio do self dos outros (DU BOIS, 1986). Pensando com Stuart Hall (1996), Fanon (2020) partiu deste problema para buscar compreender uma subjetividade específica.

Para estes autores a cidadania não encerra a influência do passado sobre a formação do self no presente. É por este motivo que Stuart Hall (1996) afirma, inspirado em Fanon (2020) e Du Bois (1986), que as populações negras vivem um sistema cultural binário. Sendo este um sistema de poder. Aqui cabe uma comparação, para estes autores, citados acima, a relação entre o corpo e mundo produz a estruturação do self no mundo (HALL, 1996), por meio de esquemas corporais. Embora a base de Nilma Lino Gomes (2017) seja diferente os saberes corpóreos dos quais fala a autora possui muitas afinidades com estas perspectivas.

Embora Nilma Lino gomes (2017) parta de uma referencial teórico diferente dos autores pós-coloniais, pós-estruturalistas e decoloniais citados acima sua proposta de compreensão do movimento negro reconhece os mesmos problemas e propõe uma saída à luz das experiências de luta por emancipação no Brasil. Contudo, diferente de Florestan Fernandes (1965a; 1965b) que dissolve as diferenças culturais no conceito de integração a autora parte justamente desta fragmentação para propor uma nova forma de ver as produções de saberes inventadas pelos/pelas descendentes de africanos e africanas no Brasil. Neste sentido, as diferenças culturais não preexistem a uma ordem política e cultural, nem estariam fora de qualquer conceito de modernidade (como estão para Florestan Fernandes). Um conceito de movimento negro que propicie pensar os diferentes

contextos em que as populações criam identidades descentradas. Oferece uma nova possibilidade de compreender como cada uma educa através da cultura a sua subjetividade (FOULCAULT, 2016). Abaixo analisaremos as mudanças ocorridas a partir da promulgação da lei 10.6339/2003, justamente para ressaltar como esta mudança teórica coaduna com a proposta inserida no parecer do Conselho Nacional de Educação escrito por Petronilha B. Gonçalves e Silva em 2004 para esta lei.

### **As novas leis e o campo de estudos das relações étnico-raciais**

Em 2012 Silvério e Trinidad (2012) se perguntavam sobre o que haveria de novo no campo da discussão sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo. Sobretudo, apontam as transformações passadas pelo Brasil desde 2001 a partir da participação na III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata ocorrida em Durban na África do Sul<sup>40</sup>, passando pela aprovação da lei 10639/03 (posteriormente mudada pela 11645/08)<sup>41</sup>, a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) no interior do ministério da Educação<sup>42</sup>, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (lei 12288/10) e das diretrizes nacionais para a educação para as relações étnico-raciais de 2004 e educação quilombola em 2012<sup>43</sup>.

Pode-se apontar ainda que estas mudanças foram acompanhadas pela criação de coordenadorias, divisões ou Seções de políticas de promoção da igualdade racial municipais e estaduais<sup>44</sup>, assim de espaços públicos municipais que são a um só tempo

---

<sup>40</sup> 10 anos depois o Brasil envia novas contribuições para a Durban +10.

<sup>41</sup> Vale lembrar que Nilma Lino Gomes participa como membra do conselho Nacional de Educação, da aprovação das Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, escrita por Rita Gomes do Nascimento.

<sup>42</sup> Estas mudanças são citadas também por Nilma Lino Gomes (2017) em seu livro.

<sup>43</sup> A primeira aprovada através da resolução nº1 de 17 de junho de 2004 e a segunda através da resolução nº8 de 20 de novembro de 2012.

<sup>44</sup> Divisão, Coordenadoria e Seção são partes dos organogramas de secretarias, seções organizacionais de prefeituras ou governos estaduais. As mesmas possuem temáticas específicas, podendo ser temporárias ou não.

culturais, educacionais e de cidadania<sup>45</sup>. Em diversas cidades há a inclusão de artigos sobre as culturas afro-brasileiras e indígenas tanto em planos municipais de educação, quanto nos de cultura. Contudo, faz-se necessário ainda um estudo que de conta destas transformações nas esferas municipais e estaduais a fim perceber o seu impacto e se produziram mudanças estruturais. Alguns estados realizaram projetos de formação continuada para professoras e professoras sobre a implementação da lei 10.639/03<sup>46</sup>, assim como municípios, organizações não governamentais<sup>47</sup>. Mormente, universidades públicas estaduais e federais produziram materiais didáticos para a realização de cursos de formação para professoras e professores<sup>48</sup>. Tudo isso ocorre no mesmo contexto sociocultural descrito por Rodrigues (2011), Silvério & Trinidad (2012) e Nilma Lino Gomes (2017), embora não seja parte do escopo de suas análises.

Posterior ao texto de Silvério & Trinidad (2012) ocorre a recepção de uma série de textos que mereceriam uma análise em conjunto com o de Nilma Lino Gomes (2017)<sup>49</sup>. Um deles é o produzido por Mário Augusto Medeiros da Silva (2013), o autor em seu doutorado se propôs a analisar as obras literárias de Paulo Lins e Maria Carolina de Jesus<sup>50</sup>, entretanto, a sua pesquisa acaba demonstrando como é possível encontrar autores negros desde 1900 (SILVA, 2013). Seu livro aborda como autoras e autores negros tiveram suas principais obras excluídas dos principais dicionários de literatura brasileira<sup>51</sup>. Portanto, tudo que poderia ser chamado de ‘literatura negra brasileira’ ficou fora do cânone literário, independente dos

---

<sup>45</sup> Cito especificamente o Centro de Referência Afro da cidade de Araraquara (SP) e Centro Municipal de Cultura Afro-Brasileira Odette dos Santos de São Carlos (SP).

<sup>46</sup> O projeto “Educando para a Igualdade pela Diferença” foi levado a todas as regionais de ensino do estado de São Paulo em 2007. Assim como 9 cidades do interior de São Paulo assinaram um termo de ajuste de conduta para oferecer formação para o professorado de suas cidades em 2014.

<sup>47</sup> Rodrigues (2011), citada por Silvério & Trinidad (2012, aponta que apesar de a partir de 2003 haver um crescimento da institucionalização das políticas de diversidade a apropriação destas por parte de outras secretarias e ministérios diferentes do da educação foi pequena.

<sup>48</sup> Muitos deles realizados pelos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs) destas universidades.

<sup>49</sup> Um outro caminho seria analisar a obra completa desta autora, este é um projeto que pretendo realizar no futuro.

<sup>50</sup> O primeiro é conhecido pelo livro “Cidade de Deus”, que posteriormente virou filme, e a segunda é conhecida pela obra ‘O quarto de Despejo’. Além de outros livros.

<sup>51</sup> O autor demonstra como obras de valor cultural, assim como os/as próprios/próprias autores/autoras foram preteridos e não receberam nem mesmo notas explicativas. O caso mais emblemático estudado por Medeiros da Silva (2013) é o de Maria Carolina de Jesus. Que só muito recentemente teve ser valor literário reconhecido.

seus sucessos editoriais<sup>52</sup>. Considerando a centralidade da literatura para a discussão sobre o descentramento de sujeitos, invenções de subjetividades<sup>53</sup>, as discussões sobre a relação entre sujeito/descentramento do sujeito e currículo ganham uma fonte importante com este texto<sup>54</sup>.

É necessário citar ainda os livros de Silvio Almeida (2019) e Djamila Ribeiro (2018; 2019), os mesmos merecem destaque tanto por seu impacto cultural tanto quanto sobre pesquisadores e pesquisadoras, produtores/produtoras de conteúdo na plataforma youtube e coletivos<sup>55</sup>. Ambos possuem forte presença na mídia e são centrais hoje no debate público sobre racismo no Brasil. Ainda em 2020 O romance “Torto Arado” de Itamar Vieira Júnior se configurou em um fenômeno editorial em 2020/2021, o mesmo está ambientado no interior da Bahia. Pode-se pensar que este romance se configura como mais um exemplo de um fenômeno cultural que estaria surgindo bem neste contexto social e político onde aparecem os primeiros resultados das políticas de diversidade inauguradas pela aprovação da lei 10639/03 (RODRIGUES, 2011).

Por estes motivos acima elencados propor uma nova forma de conceituar o movimento negro, como faz Nilma Lino Gomes (2017), permite ter um novo olhar para uma realidade muita mais multifacetada que os estudos citados acima nos trazem. Pensando com Paul Gilroy (1993), faz-se necessário produzir conceitos que permitam conectar diferentes experiências, em diferentes espaços e diferentes tempos. Nos termos da autora a questão central é evidenciar como surge um ator político das lutas sociais contra a discriminação e racismo durante o século XX.

---

<sup>52</sup> Com isto é possível pensar que as representações do negro na literatura também precisam de uma nova perspectiva a partir da obra de Medeiros da Silva (2013), uma vez que seu trabalho tem como foco o período entre 1960 e 2000).

<sup>53</sup> Merece destaque também a tese de Deivison Faustino (2015) “Por que Fanon? Por que Fanon agora? Franz Fanon e fanonismo no Brasil”. Que mapeia a recepção de Fanon e suas leituras no Brasil.

<sup>54</sup> Outrossim, a literatura africana contemporânea tem ganho bastante circulação, destaque especialmente Chimamanda N. Adichie, tanto por sua literatura quanto pelos textos “Para Educar Crianças Feministas: Um Manifesto” (ADICHIE, 2017) quanto por “sejamos todos feministas” (ADICHIE, 2012) e a palestra transformada em livro “O perigo da história única” (ADICHIE, 2019), por serem uma leitura que se tornou popular mesmo fora do meio acadêmico.

<sup>55</sup> Nas principais redes sociais há o crescimento de páginas, canais e perfis que se dedicam as subjetividades afro-brasileiras, suas diferenças culturais e sobre o combate ao racismo. Embora seja um fenômeno mais recentemente pode-se entender como estando relacionado.

Sua proposta permitiria pensar a continuidade destas lutas sociais por emancipação, sobretudo em dois campos: cultura e educação. O contexto abordado pela autora se assemelha muito ao descrito por Silvério & Trinidad (2012).

Não obstante, há questões precisam ser levantadas para discutir o alcance que esta forma particular de ver as trajetórias das lutas por emancipação dos movimentos negros. Autores como Boaventura de Sousa Santos (2005), uma das referências para a autora, discutem participação principalmente quando abordam os movimentos sociais, como o texto de Sader (1988), também citado por Nilma Lino Gomes (2017). Se por um lado Boaventura de Sousa Santos pensa o conceito de regulação social relacionado à participação e oposto a emancipação sua discussão se relaciona a um contexto global. Liga pontos diferentes das lutas sociais neste contexto global. Neste sentido, a autora inscreve o Movimento Negro neste contexto ao utilizar este referencial.

Em termos históricos o primeiro problema para considerar se o conceito de movimento negro trazido por Nilma Lino Gomes traz avanços para a discussão no Brasil é se o mesmo pode tornar possível pensar que o denominador comum entre os diferentes movimentos negros é a luta por emancipação. Ao se apropriar da oposição entre regulação social e emancipação, criada por Boaventura de Sousa Santos (2005)<sup>56</sup> neste caso, a autora permite olhar a trajetória dos/das agentes ao longo da história brasileira de forma conjunta.

Quando consideramos diversos momentos históricos a atuação do movimento negro se configura como contra os processos de regulação social, suas propostas buscam a emancipação da população negra. Por exemplo: os trabalhos de Sidney Chalhoub (2011; 2012) abordam os processos judiciais movidos por escravizados/escravizadas no século XIX. Nestes documentos o autor procura compreender os sentidos de liberdade que são mobilizados pelos/pelas agentes (CHALHOUB, 2011) e a ilegalidade estrutural do sistema escravagista (CHALHOUB, 2012). Através dos processos judiciais o autor aborda a luta por emancipação a despeito da regulação escravista que ocorreu progressivamente durante o

---

<sup>56</sup> Considerando a obra deste autor a relação entre regulação social e emancipação precisa ser pensada como um processo, como Gomes (2017) aponta. Contudo, considerando o referencial do autor, considero ser válida a interpretação acima uma vez que parto de uma interpretação do processo histórico do Brasil. O que de certa forma está previsto na obra de Boaventura de Sousa Santos.

século XIX. A obra de Florestan Fernandes “A Integração do Negro na sociedade de Classes” (FERNANDES, 1965a; 1965b) aborda o período pós-abolição, nela pode-se ver a luta dos movimentos negros nascentes no estado de São Paulo na busca por direitos e contra o racismo.

Neste sentido, embora haja o crescimento da regulação social ancorada no Estado, comunidade e mercado desde o século XIX, levando a transformação dos saberes emancipatórios das lutas a se transformar em saberes regulatórios, como coloca a autora (GOMES, 2017) se os saberes emancipatórios se transformam em duplos dos regulatórios o fato de racismo atravessar este processo faz surgir a necessidade de novas formas de luta por emancipação. Este processo é diferente para as populações descendentes de africanas e africanos no Brasil porque as mudanças de regimes políticos reforçam os isolamentos sociais destas populações, seja pela indiferença em relação a falta de integração social e a centralidade da cultura para estas populações, seja porque o racismo se apropria dos corpos destes sujeitos para fundamentar a diferença racial (GILROY, 2004). Há diferença entre os períodos históricos do Teatro Negro Experimental (TEN), dos/das agentes dos que vieram participar e intervir na aprovação da lei de diretrizes e bases de 1961, na fundação do Movimento Negro Unificado. Contudo, a questão é mais a continuidade da luta que não se encerra com a mudança de contextos.

Mormente, para além da questão política da igualdade/liberdade o que os movimentos negros colocam é justamente o problema da existência (DU BOIS 1986; FANON, 2020). Uma vez que racismo e a discriminação atravessam os recortes históricos utilizados de base para pensar os movimentos sociais. Pensando com Paul Gilroy (2004) há uma certa tradição de pensamento que separa a cultura da política. Justamente por isso não conseguem pensar como o passado (anterior e posterior a abolição) influencia no presente. Os descendentes de africanos e africanas no Brasil precisam inventar cultura para resistir a racialização da sua experiência (FANON, 2020)<sup>57</sup>. Em outro espaço argumentei que uma característica de muitas pesquisas no campo das relações étnico-raciais sacrifica as

---

<sup>57</sup> Stuart Hall parte do mesmo ponto em “Quem precisa de Identidade?” (HALL, 2000).

diferenças culturais locais em prol de buscar relacionar os seus objetos de pesquisa com contextos sociais e políticos mais amplos, nacionais (SANTOS, 2021).

### **Considerações Finais: o que pode ser pensando como saberes da emancipação?**

O que pode ser pensando como saberes da emancipação? O que o debate entre emancipação e regulação pode contribuir para pensar de forma inovadora as lutas sociais dos/das agentes em suas realidades culturais atravessadas pela racialização das suas experiências? Para responder estas questões começo pela ideia da autora de “sociologia das ausências”<sup>58</sup>.

Outrossim, este livro representa uma mudança pela forma como posiciona o debate sobre a emancipação ao conectar diversos debates sobre o tema colocando a educação no centro deste debate. Por este motivo a escolha metodológica por trabalhar com Boaventura de Sousa Santos (2005) se mostra um fio condutor para conduzir seus argumentos por meio de um debate multifacetado e complexo por acontecer em muitos campos diferentes.

A primeira dificuldade reside na forma como o(s) movimento(s) negro(s) foi (foram) conceituado(s), assim como as suas lutas. Há uma dificuldade real em apreender as experiências concretas dos/das agentes. Esta dificuldade é em parte superada quando o foco da análise se concentra na construção da categoria *negro* enquanto uma construção política. Entretanto, diversos autores e autoras preferem outro caminho ao discutir como a categoria *raça* é uma construção social (GOMES, 2017; GUIMARÃES, 2002; 2009).

Contudo, permanecem problemas de outra natureza, como as de ordem geográfica em função das pautas mobilizadas pelos/pelas agentes em diversos recortes territoriais (estados e municípios, zona rural ou urbana), que circunscrevem lutas específicas. Pode-se dar como exemplo a existência dos clubes sociais negros, as comunidades quilombolas,

---

<sup>58</sup> Esta proposta contrasta com uma muito semelhante feita por Mario Augusto Medeiros da Silva (2013) de uma sociologia da lacuna. Pensando com Nilma Lino Gomes (2017), Medeiros da Silva (2013) fez um estudo onde demonstra como a ausência da literatura negra e do negro na literatura foi construída.

grupos de congada, batuque de umbigada, terreiros/roças de religiões de matriz africana, dentre outras manifestações culturais.

Por exemplo, Pereira (2014) estudou o potencial educativo das mulheres ligadas ao clube 28 de setembro na cidade de Sorocaba (SP). Jobim (2013), por sua vez, analisa como o clube União em São Vicente do Sul (RS) possibilitou a construção de estratégias para a aceitação do negro na sociedade, ou seja: para a integração social. Oliveira (2012) estudou as estratégias de lazer como formas de sociabilidade em Volta Redonda (RJ), tal como Batista (2015), que por sua vez estudou Juiz de Fora (MG).

Estas teses e dissertações conseguem apreender como estas populações lutam por cidadania e por emancipação dentro de gramáticas de lutas locais por reconhecimento (HONNETH, 2003; TAYLOR, 1994). Todas abordam a intersecção entre educação, cultura e sociabilidade. Construindo processos de identificação que possuem significados e constroem intersubjetividade. Do ponto de vista histórico cada uma destas lutas possui a sua especificidade, principalmente porque a construções de identidades culturais possui aqui a particularidade de ser via para os descentramentos dos sujeitos (HALL, 2011).

É possível pensar com Stuart Hall (1980) que em uma sociedade estruturada em dominância, divisões sociais na forma de divisões territoriais como nestes exemplos acima citados, assumam o caráter de distinções raciais e étnicas. As invenções culturais, também pensando com Stuart Hall (1996), teriam como objetivo construir subjetividades não racializadas. Justamente por isso cada realidade circunscrita estaria ligada a uma dialética entre a construção de uma identidade e a outrificação (HALL, 1996). Captar realidades locais envolve perceber como estas divisões e distinções se relacionam com estruturas econômicas específicas e processos econômicos mais amplos.

Nilma Lino Gomes (2017) avança a possibilidade de as lutas emancipatórias se tornarem regulação, inspirada no problema posto por Boaventura de Souza Santos. Ou seja: deixariam de ser libertadoras. Retomando o debate proposto por Rodrigues (2005) e Dávila (2006) e Medeiros da Silva (2013), é possível depreender que o surgimento do Ministério da Educação e Saúde Pública deu-se a partir de uma concepção de política que possuía uma concepção de sujeito e uma representação da população Brasileira desde a década de 1930. Conforme aponta Rodrigues (2005) a expansão do ensino público se deu

dentro desta perspectiva, inclusive através dos estados que neste período realizaram reformas educacionais. Muitas delas realizadas por participantes do “Manifesto dos Pioneiros da Educação”.

Por um lado, há a definição de uma estrutura de estado que excluiu as formas culturais inventadas pelas populações descendentes de africanas e africanos no Brasil não apenas dos currículos, mas da própria estrutura não reconhecendo sua autenticidade e especificidade cultural (RODRIGUES, 2005; DÁVILA 2006). Em segundo, há a representação negativa e a sub-representação tanto nas políticas quanto nos documentos, ferindo o princípio da igual dignidade (TAYLOR, 1994). Como mostram os textos acima citados, estes problemas se reproduziram nos planos locais (PEREIRA, 2014; JOBIM, 2013; OLIVEIRA, 2012). Considerando o parecer de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (BRASIL, 2004) esta situação se reproduz ao longo das décadas seguintes sendo uma das bases da promulgação das leis 10639/03 e 11645/2008<sup>59</sup>. Como a própria autora aponta, a escola se tornou fonte de reprodução de discursos reguladores do corpo negro (GOMES, 2017). Outrossim, podemos dizer que a regulação se deu no plano da experiência das populações descendentes de africanas e africanos, por meio da representação negativa, sub-representação ou não representação nas estruturas de Estado (GOMES, 2017; TAYLOR, 1994).

O problema acima relatado se relaciona com outro. Os saberes produzidos pelos movimentos negros foram tratados de forma isolada, conforme apontado acima. A forma fragmentada como são pensados remete aos problemas levantados a partir das teorias clássicas das ciências humanas. Tanto Gilroy (1993, 1987) quanto Bell Hooks (2019; 2019; 2017) consideram estes saberes como oposicionistas. Nas palavras de Gilroy (1993), estas culturas oposicionistas vão inquerir justamente as tentativas de totalização das suas experiências, privilegiam a construção das suas subjetividades por meio da reconhecimento das suas produções simbólicas.

---

<sup>59</sup> Este problema se produz também no plano estrutural, como aponta Silvio Almeida (2019).

Pensando com Bell Hooks (2017), a forma como o conhecimento é partilhado é um problema político. Se as culturas opositoras são a base da construção de subjetividades não racializadas, se as mesmas não compartilhadas por meio do educar, mesmo que se considere um currículo sem representações negativas, o peso histórico da racialização se faz presente. Não obstante, a produção de saberes corpóreos (ou não) não se dá apenas nos ambientes acadêmicos e dos movimentos negros. Hoje a mesma acontece no cinema e nos streamings em escala mundial, assim como por meio das páginas em redes sociais e canais no youtube. O que esta produção muito mais multifacetada e complexa.

Mormente, considerando a novidade das leis no Brasil. Assim como a série de encontros, documentos, produção de materiais, secretarias ou outros órgãos especializados, no contexto brasileiro, o debate hoje ocorre dentro e fora do Estado. É possível pensar que as lutas emancipatórias no Brasil, por ter a educação como campo principal de busca por transformação, possuem um embate com as pressões, políticas de regulação da experiência e corpo que dificultam que as mesmas se tornem um duplo da regulação (GOMES, 2017). Justamente porque as lutas por emancipação precisam lidar com os saberes produzidos pelas comunidades, com a falta de representação, sub-representação ou representação negativa na sala de aula, nos currículos, projetos pedagógicos, políticas educacionais e no próprio Estado. Além dos próprios problemas teórico metodológicos apontados ao longo deste artigo. Entretanto, seja possível pensar um reposicionamento da tensão entre discursos reguladores e emancipatórios.

Neste sentido, a forma como Nilma Lino Gomes (2017) posiciona seu texto contribui para o avanço dos debates acerca do tema. Primeiro porque, como foi possível ver acima, a luta por emancipação configura-se como uma característica que atravessa a experiência dos movimentos negros durante o século XX. A falta de uma visão de conjunto sobre as lutas por emancipação se deve, em parte, a falta de reconhecimento da dimensão política das mesmas. Tanto quanto a falta de uma teoria ou conceito que propicie uma perspectiva que reconheça o conjunto das lutas, saberes produzidos como uma base cultural, uma política cultural na verdade, com as quais diferentes reivindicações específicas se conectam. Outrossim, todas as ações que buscam se contrapor aos discursos ou políticas que visam regular a experiência, as representações, os corpos. Assim, como todas as

construções culturais que buscam construir territórios simbólicos para a superação de visões essencializadas/racializadas, são lutas emancipatórias pela forma como a autora pensa.

Aguisa de uma conclusão, não foi considerado aqui as diferenças metodológicas e epistêmicas entre um texto que utiliza Boaventura e Souza Santos e as visões pós-coloniais. Concluimos considerando que, frente ao desafio de um debate que possui os problemas teóricos provenientes da sociologia das relações raciais e novas interpretações para raça e etnicidade, Nilma Lino Gomes abre novas perspectivas metodológicas que conseguem ultrapassar os pontos aqui levantados. Possibilitando muitos mais pontos de diálogo do que divergências.

### Referências

ADICHIE, C. N. **Sejamos todos Feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. **Para educar crianças feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

\_\_\_\_\_. **O PERIGO DA HISTÓRIA ÚNICA**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Polen, 2019.

ARRUDA, M. A. N. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, S. (org). **História das Ciências Sociais no Brasil**. vol 1. São Paulo: Vertice editora Revista dos Tribunais/IDESP, 1989.

BASTOS, E, R. **As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Global, 2006.

BATISTA, R, C, S, F. **Clubes negros na espacialidade urbana de Juiz de Fora**. Tese de doutorado em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECAD, 2004.

CALDEIRA, T. P. R. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COLLINS, R. **As quatro tradições sociológicas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

CORREA, M. **As ilusões da liberdade**: a escola de Nina Rodrigues e a Antropologia do Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

DAMATTA, R. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DELEUZE, G. **Bergsonismo**. São Paulo: Editora 34, 2008.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Kafka**: por uma literatura do menor. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA, 1977.

\_\_\_\_\_. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia vol I. São Paulo: Editora 34, 2009.

\_\_\_\_\_. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia vol II. São Paulo: Editora 34, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia vol III. São Paulo: Editora 34, 2008b.

\_\_\_\_\_. **O que é Filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2009.

DU BOIS, W. E. B. **The souls of black folk**. New York: Literary classic of the United States, 1986.

FANON, F. **Pele negra máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FAUSTINO, D. M. **Por que Fanon? Por que agora? Franz Fanon e os fanonismos no Brasil**. Tese (doutorado de sociologia) Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2015.

FERNADES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: EDUSP, 2007.

\_\_\_\_\_. **A integração do negro na sociedade de classes VOL I**. São Paulo: EDUSP, 1965a.

\_\_\_\_\_. **A integração do negro na sociedade de classes VOL II**. São Paulo: EDUSP, 1965b.

\_\_\_\_\_. **A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Global Editora, 2009.

\_\_\_\_\_. **Mudanças Sociais no Brasil.** São Paulo: Global Editora, 2008.

FLOR, C. G. **Da racialização a etnicização:** a construção de um complexo de posicionar-se. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos UFSCar. São Carlos, 2015.

FOUCAULT, M. **Subjetividade e Verdade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as Formas Jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

GILROY, P. **O Atlântico negro.** São Paulo: Editora 34, 2001.

\_\_\_\_\_. **Postcolonial melancholia.** New York: Columbia University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. **Entre campos:** nações, culturas e o fascínio da raça. São Paulo: Anablume, 2007.

\_\_\_\_\_. **Darker than blue:** on the moral economies of black atlantic culture. Cambridge Massachusetts: Belknap press, 2010.

\_\_\_\_\_. **Smal Acts:** thoughts on politics of the black culture. London: Sepent's tail, 1993.

\_\_\_\_\_. **There ain't no black in union jack. The cultural politics of race and nacion.** London: Hutchinson, 1987.

GONH, M. G. **Movimentos sociais e educação.** São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Editora Loyola, 1997.

GOMES, J. D. **Os Segredos de Virginia:** Estudo de Atitudes Raciais em São Paulo (1945-1955). Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia. Pós-Graduação em Antropologia social, 2013.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

GUIMARAES, A. S. A. **Classes, Raças e Democracia.** São Paulo: Fundação de apoio a Universidade de São Paulo/Editora 34, 2002.

\_\_\_\_\_. **Racismo e antirracismo no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 2009.

GUTMANN, A. Introdução. In: TAYLOR, C. **Multiculturalismo:** Examinando a Política de Reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

HALL, S. **The fact of blackness**. Institute of Contemporary arts; Institute of International Visual Arts; Bay Press Seattle. 1996.

\_\_\_\_\_. Race, articulation and societies structured in dominance. In: **Sociological theories: race and colonialism**. Poole – England: Sydenhams Printers, 1980.

\_\_\_\_\_. Quem precisa de Identidade? In: SILVA, T, T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HANCHARD, M. **Orpheus and Power: the Movimento Negro Of São Paulo and Rio de Janeiro**. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

HERRSKOVITS, M. **The myth of negro past**. New York: Harper r Brothers Publishers, 1941.

HIRATA, D. V. **Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida**. Programa de pós-graduação em sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da Liberdade**. São Paulo: Editora WMF/Martins Fontes, 2017.

\_\_\_\_\_. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Editora Elefante, 2019a.

\_\_\_\_\_. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. São Paulo: Editora Elefante, 2019b.

IANNI, O. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Difusão Europeia, 1962.

\_\_\_\_\_. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

JOBIM, L. M. **Clube União Beneficente: o protagonismo pedagógico de um clube social negro no município de São Vicente do Sul/RS**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

LÉVI-STRAUSS, C. **Os Pensadores**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1976.

\_\_\_\_\_. **Antropologia estrutural I**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

\_\_\_\_\_. **O cru e o cozido**. São Paulo: Cosac Naify, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Do mel as cinzas**. São Paulo: Cosac Naify, 2004b.

\_\_\_\_\_. **Origens dos modos a mesa.** São Paulo: Cosac Naify, 2006.

\_\_\_\_\_. **O homem nu.** São Paulo: Cosac Naify, 2011.

MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

\_\_\_\_\_. **Sociologia da cultura.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

MICELI, S. (org). **História das ciências sociais no Brasil.** vol 1. São Paulo: Vertice/editora Revista dos Tribunais/IDESP, 1989.

\_\_\_\_\_. (org). **História das ciências sociais no Brasil.** vol 2. São Paulo: Vertice/editora Revista dos Tribunais/IDESP, 1995.

MORRIS, A. **The Scholar Denied: W.E.B. Du Bois and the birth of modern sociology.** Oakland: Universit of California Press, 2015.

MAIO, M. C. **A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil.** Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997.

OLIVEIRA, C. G. **Lazer no preto e branco: histórias de integração do negro pelo lazer e animação sociocultural voluntária no clube Palmares de Volta Redonda/RJ.** Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Londrina, 2012.

PEREIRA, M. A. **E do silêncio fez-se a fala: oralidade e trajetória de vida de mulheres negras na cidade de Sorocaba.** Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de São Carlos, 2014.

REID, A. **Branços e negros em São Paulo (1888-1988).** Florianópolis: Edusc, 1999.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

\_\_\_\_\_. **Pequeno Dicionário Antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, T. C. **Movimento negro no cenário brasileiro: embates e contribuições à política educacional das décadas de 1980-1990.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de São Carlos. 2005.

\_\_\_\_\_. **A ascensão da diversidade nas políticas educacionais contemporâneas.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos. 2011

SADER, E. **Quando os novos personagens entram na cena:** experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

SAID, E. W. **Orientalismo:** o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

SANTOS, J. R. M. **Antes da república, sob o olhar do império:** a produção do modo de vida e invenção de uma territorialidade diaspórica: o caso de Frutal/Uberaba (MG). Tese (doutorado de sociologia) Universidade Federal de São Carlos. São Carlos/SP. 2018.

\_\_\_\_\_. A cidade, o local e o conceito de região a partir da perspectiva pós-colonial. **Sertanias: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v.1, n.1, p.53-81, 2021.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

\_\_\_\_\_. **Retrato em branco e negro:** jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

\_\_\_\_\_; STARLING, H. **Brasil:** uma biografia. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

SILVA, M. A. M. **A descoberta do insólito:** literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000). Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

SILVÉRIO, V.; TRINIDAD, C. T. Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo? **Educação e Sociedade**, v.33, n.120, p.891-914, 2012.

SLENES, R. **Na senzala uma flor:** esperança e recordações na formação da família escrava. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

TAYLOR, C. **Multiculturalismo:** examinando a política de reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

\_\_\_\_\_. **Argumentos filosóficos.** São Paulo: Editora Loyola, 2000.

VIOTTI, E. **Da Senzala a Colônia.** Editora Unesp. São Paulo. 2010a.

\_\_\_\_\_. **Da Monarquia a República.** Editora Unesp. São Paulo. 2010b.

\_\_\_\_\_. **A abolição**. Editora Unesp. São Paulo. 2010c.

WAIZBORT, L. **as aventuras de Georg Simmel**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.

WIRTH, L. Prefácio. In: MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.